

UNIÃO DESPORTIVA **VILAFRANQUENSE**  
FUTEBOL SAD

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**ÉPOCA DESPORTIVA**  
**2021/2022**



**RELATÓRIO E CONTAS  
ÉPOCA DESPORTIVA 2021/2022**

**1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO**

O Conselho de Administração da União Desportiva Vilafranquense – Futebol, SAD, com sede no Estádio do Cevadeiro EN 10 em Vila Franca de Xira, vem cumprir o dever de prestação de informação de natureza económica e financeira, relativa ao exercício económico da época desportiva 2021/2022 ou seja no período compreendido entre 01 de julho 2021 e 30 de junho de 2022.

O presente documento foi elaborado de acordo com o quadro normativo vigente, nomeadamente o disposto no Código das Sociedades Comerciais e nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

**2. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DESPORTIVA**

O futebol nacional e internacional foi fortemente marcado pela pandemia de COVID-19. A pandemia causou redução de receita com bilheteira e patrocínios diversos. Quando se iniciou a recuperação pós-pandemia, o início da Guerra na Ucrânia, afetou também o exercício da sociedade.

Esta foi a terceira época em que a sociedade se viu privada de utilizar o Estádio do Cevadeiro em Vila Franca de Xira, em virtude de este não ter as condições necessárias para a realização dos seus jogos na condição de visitado no âmbito de uma competição profissional organizada pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP). O Campo do Cevadeiro é propriedade da CMVFX, existe neste momento aprovado em Assembleia Municipal o financiamento para reestruturação do complexo desportivo do Cevadeiro, de forma a poder realizar os jogos em casa na cidade de Vila Franca de Xira, sendo que até ao final deste exercício não houve qualquer avanço nesse sentido. Por esse motivo tivemos de realizar os nossos jogos no Estádio Municipal de Rio Maior.

Além das dificuldades inerentes à participação e disputa da segunda competição mais importante do futebol profissional, a sociedade teve de suportar também esta dificuldade que mais nenhum concorrente teve de enfrentar.

A União Desportiva Vilafranquense Futebol SAD congratula-se por ser o único clube da região do Ribatejo a disputar as competições profissionais na época 2021/2022. A sociedade participou pela



terceira época consecutiva na segunda competição mais importante de Portugal, sendo que na época 22/23 irá disputar a Liga SABSEG pela quarta época consecutiva.

Adicionalmente à Liga SABSEG, a sociedade também participou na Taça de Portugal, e na Taça da Liga. Na época 22/23 a União Desportiva Vilafranquense Futebol SAD irá disputar estas duas provas.

Na categoria de Sub-19, a equipa manteve-se no Campeonato Nacional da 1ª Divisão, destacamos esta participação pela sua relevância no panorama futebolístico nacional. Não diminuindo, no entanto, a importância que tem para esta Sociedade o facto de manter equipas a disputar todos os escalões das competições de Futebol de Formação, no âmbito da Federação Portuguesa de Futebol, dispondo ainda de uma Academia também exclusivamente dirigida ao Futebol.

A valorização quer nos aspetos técnico-táticos, físicos e sociais de jogadores e técnicos é está sempre presente nos objetivos desta Sociedade Desportiva, podendo-se mesmo afirmar que esse objetivo está a ser conseguido, atento o potencial de jogadores e técnicos que podem vir a garantir o futuro desportivo da UD Vilafranquense - Futebol, SAD.

### **3. ACTIVIDADE ECONÓMICA**

#### **3.1 – Enquadramento económico**

##### **3.1.1 - A Nível internacional**

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID-19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. A recuperação recente nas economias avançadas beneficiou dos progressos na vacinação e do aumento da confiança. Estima-se que o crescimento do PIB real mundial, excluindo a área do euro, aumente para 6,0% em 2021.

Na área do euro, o PIB cresceu 2,2% em cadeia no terceiro trimestre, -0,2% e 2,2% no primeiro e segundo trimestres. Por setor de atividade, observou-se uma recuperação forte dos serviços mais dependentes de contacto pessoal. O recente agravamento da pandemia deverá implicar uma desaceleração da atividade nos próximos meses. A retoma tem ainda sido condicionada pelos estrangulamentos no transporte de mercadorias, pela escassez da oferta de bens intermédios e pelo aumento dos custos das matérias-primas e dos transportes, que se têm revelado mais persistentes do que o antecipado.

Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado. A evolução da pandemia abalou a confiança dos consumidores, mesmo na ausência de fortes medidas de contenção. Mais recentemente, o surgimento da



variante Ómicron ameaçou intensificar pandemia à escala mundial e aumentou ainda mais a incerteza quanto à sua evolução futura. Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços.

As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora, especialmente a indústria automóvel. A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

A produção industrial mundial estagnou em agosto, num contexto de continuação da escassez de “chips”, com o setor automóvel a constituir um entrave significativo. O Índice de Gestores de Compras (IGC) mundial composto do produto referente a novembro confirma uma dinâmica fraca no setor da indústria transformadora, enquanto o setor dos serviços permaneceu comparativamente mais forte num contexto de reabertura gradual das grandes economias. Em termos gerais, os dados recentes do IGC sugerem uma recuperação a duas velocidades nos vários setores no início do quarto trimestre.

A procura de petróleo recuperou à medida que mais países reabriram as suas economias, incluindo as fronteiras às viagens internacionais, o que conduziu a um aumento dos níveis de mobilidade. A procura de petróleo foi também apoiada pela subida acentuada dos preços do gás, que conduziu à substituição por outras fontes de produtos energéticos, incluindo o petróleo. Fatores do lado da oferta também contribuíram para preços mais elevados do petróleo, uma vez que a OPEP+ não atingiu os seus objetivos de produção e o furacão Ida causou perturbações prolongadas do lado da oferta nos Estados Unidos.

A inflação medida pelo IPC nas economias avançadas manteve-se elevada e muito acima da sua média histórica ao longo das últimas duas décadas. Nas economias emergentes, a inflação medida pelo IPC também aumentou, mas a evolução tem sido mais diversificada e, em média, menos pronunciada.

Em comparação com as projeções macroeconómicas o crescimento do PIB real no terceiro trimestre foi dececionante em vários países, incluindo os Estados Unidos, a China e o Reino Unido. No entanto, o panorama mundial mostra-se influenciado pela Índia, onde um forte ressurgimento de infeções por COVID 19 no segundo trimestre do ano passado provocou uma contração acentuada da atividade económica, seguindo-se uma recuperação em forma de V no terceiro trimestre, contrariamente a várias outras economias que enfrentaram novos picos no número de infeções nessa altura. A considerável dimensão da descida e da subsequente recuperação da atividade na Índia implica um aumento do crescimento do PIB real mundial, excluindo a área do



euro, no terceiro e quarto trimestres, o que, no entanto, não é apoiado pela evolução noutras grandes economias.

(Fonte: IMF, World Economic Outlook, Relatórios BCE e BP)

### **3.1.2 - A nível nacional**

Após uma queda histórica do PIB em 2020 (-8,4%), a economia portuguesa deverá registar uma recuperação forte em 2021 (4,8%) A atividade económica retoma valores anteriores à crise na primeira metade de 2022, mas a recuperação é assimétrica em termos setoriais. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, teve impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, as perturbações nas cadeias de fornecimento globais refletiram-se na escassez de matérias-primas e outros bens, provocando um aumento dos seus custos.

Na crise pandémica, o choque teve uma natureza temporária e não sistémica e a resposta de política foi imediata, maciça e coordenada a nível nacional e europeu. Destaque-se a importância da contenção do contágio da crise ao setor financeiro, preservando a estabilidade financeira e as condições de financiamento de todos os agentes económicos. Estes fatores, bem como a interligação entre eles, atenuaram os efeitos multiplicadores do choque e preservaram a capacidade produtiva e o emprego.

As medidas adotadas suportaram o rendimento agregado das famílias e uma retoma mais rápida do consumo privado. A resiliência do investimento e o aumento do consumo público contrastam com o comportamento observado na recessão anterior. A evolução diferenciada das exportações resulta, em larga medida, das restrições impostas à mobilidade, com impacto desproporcional sobre os fluxos de turismo internacional.

A poupança aumentou durante os períodos de confinamento, refletindo motivos de precaução e uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo. No segundo trimestre de 2021, a taxa de poupança registou uma redução, projetando-se uma nova diminuição na segunda metade do ano. Os resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) de 2020 apontam para que a poupança acumulada durante o período da pandemia tenha estado mais concentrada nas famílias com rendimento elevado.

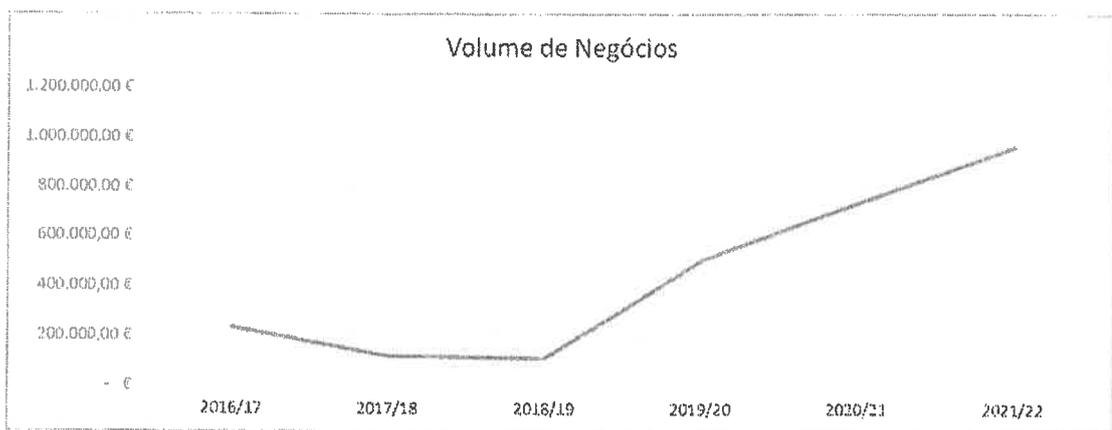


A recuperação das exportações é diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios tiveram um impacto negativo nos trimestres recentes sobre as exportações de alguns setores relevantes, destacando-se o setor automóvel.

(Fonte: Relatórios BCE e BP)

### 3.2 – Análise da atividade

No exercício de 2021/22 a empresa apresenta um volume de negócios de 961.052,81 €, o que representa um acréscimo de 30,79% face ao anterior exercício. A evolução dos rendimentos é apresentada nos gráficos seguintes.



Nas últimas épocas existe um acréscimo muito significativo no volume de negócios da empresa.





### 3.3 - Resultado das Operações

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	2021/22			2020/21			2019/20
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	961.052,61	226.267,73	30,79%	734.785,08	231.595,57	46,03%	503.189,51
Outros rendimentos e gastos operacionais	(2.975.770,18)	(234.665,93)	8,56%	(2.741.104,25)	(1.296.825,93)	89,79%	(1.444.278,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	(2.014.717,37)	(8.398,20)	0,42%	(2.006.319,17)	(1.065.230,36)	113,19%	(941.088,81)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(17.665,38)	(4.825,28)	37,00%	(13.040,10)	5.226,81	(28,61)%	(18.266,91)
Resultado operacional antes dos gastos de financiamento e impostos (RO)	(2.032.582,75)	(13.223,48)	0,65%	(2.019.359,27)	(1.060.003,55)	110,49%	(959.355,72)
Resultados financeiros	(8.256,92)	(2.815,22)	51,73%	(5.441,70)	(4.364,05)	404,96%	(1.077,65)
Resultado antes de imposto (RAI)	(2.040.839,67)	(16.038,70)	0,79%	(2.024.800,97)	(1.064.367,60)	110,82%	(960.433,37)
Imposto sobre rendimento do período	(10.575,68)	(3.604,68)	51,71%	(6.971,00)	(6.834,84)	5019,71%	(136,16)
Resultado líquido do período	(2.051.415,35)	(19.643,38)	0,97%	(2.031.771,97)	(1.071.202,44)	111,52%	(960.569,53)

Embora exista uma melhor performance ao nível dos rendimentos obtidos, a participação na Liga SABSEG, segunda maior competição nacional, e o objetivo da manutenção, exigem uma forte aposta e investimento nos recursos humanos da sociedade e nas suas competências.

## 4. PERSPECTIVAS FUTURAS

### 4.1 - Cenário macroeconómico

Estima-se que o crescimento do PIB real mundial (excluindo a área do euro) aumente para 6,0% em 2021, desacelerando depois para 4,5% em 2022, 3,9% em 2023 e 3,7% em 2024. A evolução da pandemia intensificou-se em algumas regiões, especialmente na Europa, embora tenha melhorado noutras. O ressurgimento de medidas de contenção poderá ensombrar significativamente as perspetivas mundiais no curto prazo e aumentar a dispersão dos resultados do crescimento entre países.

O comércio mundial de bens continua a ser restringido por estrangulamentos do lado da oferta, enquanto a procura mundial de bens permanece forte. Tal reflete-se, por exemplo, na produção de semicondutores e nos volumes de transporte marítimo, que se situam muito acima das respetivas tendências pré-pandemia. As tensões nas redes de produção mundiais poderão, de facto, ser ainda amplificadas pela acumulação, por motivos de precaução, de bens intermédios em



alguns setores, à medida que as empresas procuram constituir reservas para fazer face a eventual escassez.

Projeta-se que os estrangulamentos do lado da oferta continuem a afetar a atividade nas economias avançadas em 2022, embora em menor grau do que no comércio, uma vez que os consumidores podem substituir os produtos estrangeiros indisponíveis por produtos nacionais. Embora as economias avançadas e a China tenham regressado às trajetórias anteriores à crise, a recuperação continua a apresentar um desfasamento em outras economias emergentes e afetará o nível de atividade mundial no futuro.

O desvanecimento dos estrangulamentos do lado da oferta deverá conduzir a uma procura externa da área do euro um pouco mais forte nos próximos anos. Estima-se que o crescimento da procura externa da área do euro atinja 8,9% em 2021, antes de diminuir para 4,0% em 2022, 4,3% em 2023 e 3,9% em 2024.

Espera-se que as pressões inflacionistas permaneçam elevadas até meados de 2022 e que, posteriormente, se atenuem à medida que os fatores subjacentes se desvanecem. Embora os fatores que apoiam as pressões inflacionistas, tais como estrangulamentos do lado da oferta e escassez de mão de obra, estejam a revelar-se menos transitórios do que o previsto, pressupõe-se que comecem a dissipar-se a partir de meados de 2022. A esperada subida da inflação global a nível mundial refletir-se-á em preços mais elevados das exportações dos concorrentes da área do euro. Este aumento é, em grande medida, explicado pela subida dos preços mundiais das matérias primas, que reflete, em parte, os efeitos de base do choque pandémico na primavera de 2020.

Os bancos centrais devem sinalizar claramente que o ritmo em que o apoio monetário será retirado pode precisar ser recalibrado se a pandemia piorar novamente. Além disso, uma postura mais restritiva da política monetária, especialmente se não for claramente comunicada, poderá ter implicações na estabilidade financeira, uma vez que as vulnerabilidades financeiras permanecem elevadas em vários setores. As respostas das políticas variam de acordo com a inflação específica do país e a evolução do emprego e a força das estruturas de política do banco central. É provável que o apoio extraordinário continue na área do euro e no Japão para permitir uma recuperação mais firme. Em contrapartida, será muito provável que seja retirado nos Estados Unidos em 2022, onde a recuperação está mais avançada, com a perspetiva de um retorno mais amplo das taxas de juros para níveis mais elevados a partir de então. O tempo e a extensão das respostas nos mercados emergentes é incerta, e será complicada pelos desenvolvimentos da pandemia, tanto no mercado interno como através da contenção da inflação importada de interrupções no fornecimento internacional.

A agitação social, que havia diminuído no início da pandemia, relacionada em parte com o aumento do preço dos alimentos e da energia, está mais uma vez em ascensão em alguns países. Tensões



geopolíticas, inclusive na Europa Oriental e no leste da Ásia, colocam em risco o abastecimento de energia, o comércio internacional e a cooperação política.

O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro. Em 2022-24, espera-se uma moderação gradual do ritmo de crescimento mundial e da procura externa dirigida à economia portuguesa, à medida que é ultrapassada a fase de retoma e se dissipa o efeito das políticas de estímulo. Estas hipóteses assumem uma atenuação gradual da pandemia e a progressiva normalização das cadeias de fornecimento de bens a partir da segunda metade de 2022.

O crescimento estende-se à generalidade das componentes da despesa, embora com diferenças de ritmo. Em termos de contributos líquidos de conteúdos importados, destaca-se o contributo de 3 pp das exportações de serviços para o crescimento do PIB em 2022, explicando em larga medida a aceleração da atividade, e de 1,2 pp em 2023. O contributo da procura interna representa, em média, cerca de metade do crescimento do PIB no período 2022-24.

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP—pandemic emergency purchase programme). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

O consumo privado cresce 5% em 2021 e 4,8% em 2022, desacelerando no período 2023-24 para 2,2% e 1,8%. No quarto trimestre de 2021 é atingido o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021-22 está associado, em parte, à forte recuperação das despesas em serviços, que beneficiou do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação, devendo continuar a recuperar ao longo do horizonte. O consumo de bens duradouros apresenta também um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise. O consumo privado é sustentado pelo crescimento do rendimento disponível real, por condições financeiras favoráveis e pela acumulação de riqueza ao longo da crise.

O consumo público deverá crescer 4,8% em 2021, acelerando face ao ano anterior (0,4%). Esta evolução é largamente explicada pelo aumento do número de horas trabalhadas nas administrações públicas. O crescimento moderado do consumo público em 2022-24 decorre da redução dos encargos com a pandemia na área da saúde e da hipótese de gradual estabilização do emprego público. Em 2022, estes efeitos deverão ser parcialmente compensados pela execução do PRR. O investimento apresenta um crescimento elevado, beneficiando do recebimento de



fundos europeus, das perspetivas de recuperação da procura e de condições favoráveis de financiamento.

As exportações crescem 9,6% em 2021, 12,7% em 2022 e 5,9%, em média, em 2023-24. Após um crescimento de 10,6% em 2021, as exportações de bens crescem 3,9% em 2022, seguido de um crescimento de 6,1% em 2023, refletindo a gradual dissipação daquelas perturbações ao longo de 2022. Em 2024, as exportações de bens crescem 3,3%, em linha com a procura externa dirigida às empresas portuguesas. Assume-se que, a partir do segundo trimestre de 2022, as exportações de turismo retomam um crescimento forte, antevendo-se um aumento das exportações de serviços de 35,1% em 2022 (7,2% em 2021), seguido de crescimentos mais moderados em 2023-24 (11,3% e 5,1%).

O emprego continua a aumentar nos próximos anos, embora a um ritmo progressivamente menor, condicionado por limitações da oferta de trabalho. Após um aumento do emprego de 2,5% em 2021, projetam-se crescimentos de 1,6% em 2022 e de 0,4%, em média, no período 2023-24. A evolução esperada para o emprego resulta do aumento da população ativa e da redução do número de desempregados, embora com contributos decrescentes no horizonte de projeção. Estima-se uma relativa estabilização da população em idade ativa no período 2021-24, com o saldo migratório a compensar, em larga medida, o saldo natural negativo.

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A previsibilidade dos processos de decisão de política económica é essencial para contrabalançar o aumento de incerteza que caracteriza os processos de saída de crises económicas. No período atual esta incerteza é acrescida pela necessidade de controlo da pandemia. A execução eficiente dos projetos associados ao PRR e a implementação das reformas associadas constituem fatores essenciais, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa num contexto em que o impacto direto no endividamento nacional é essencialmente nulo.

(Fonte: IMF, World Economic Outlook, Relatórios BCE e BP)

#### **4.2 – Evolução previsível da sociedade**

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, e de acordo com a estratégia seguida nos anos anteriores, prevê-se o aprofundamento das relações comerciais com os nossos principais parceiros, continuando a evoluir quer em termos de organização, mas, sobretudo, a nível do nosso empenho para cada um dos nossos parceiros de negócio, procurando a sustentabilidade da SAD no médio e longo prazo.



Na perspetiva desportiva, pretendemos em 2022/2023 dar continuidade à estratégia que vimos seguindo nos últimos anos, mantendo o objetivo fundamental de com uma organização dinâmica e flexível consolidar a permanência na segunda liga, contratado novos jogadores e mantendo os jogadores mais influentes.

No curto prazo, existe a forte convicção que os resultados finais serão bem mais positivos em relação ao agora apresentado. Existem objetivos desportivos por atingir, mas não só, existem também objetivos de desenvolvimento do funcionamento da atividade da Sociedade, proporcionando a sua afirmação no futebol, evoluindo de forma equilibrada, consciente e sem hipotecar o seu futuro, de forma a conquistar melhores resultados desportivos e consequentemente mais títulos e ser uma referência também na comunidade onde se insere.

É desta forma que este Conselho de Administração perspetiva que no médio/longo prazo a Sociedade estabilize e se desenvolva.

## **5. POLÍTICAS DE GESTÃO E RISCO**

O Conselho de Administração considera que o União Desportiva Vilafranquense SAD está sujeita aos riscos normais das sociedades desportivas do mercado em que opera, que são principalmente, o risco desportivo, o risco de licenciamento para as competições, o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de não poder jogar no seu Estádio em Vila Franca de Xira.

- a) O risco desportivo resulta essencialmente dos resultados das competições desportivas. Tal como acontece com as restantes sociedades que disputam a 2ª Liga, esse risco é representado, a título principal, pela descida de divisão.
- b) A respeito do risco de licenciamento para as competições, a participação nas provas profissionais organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional tem vindo a ser sujeitas a exigências crescentes. A União Desportiva Vilafranquense futebol SAD tem vindo a preencher esses requisitos todos os anos, e o Conselho de Administração considera que não existe risco relevante de esse licenciamento não ser conseguido para a próxima época, sem prejuízo do que se afirma neste Relatório a respeito dos outros tipos de risco.
- c) A respeito do risco de mercado, o principal risco que se antecipa, a médio prazo, é a desvalorização das competições desportivas nacionais em favor de competições internacionais exclusivas para um pequeno núcleo de clubes nacionais. O Conselho de Administração está atento ao tema e fará e contribuirá para impedir a desvalorização das competições nacionais.



- d) A respeito do risco de crédito, é sabido que em Portugal o financiamento bancário para o futebol está praticamente impedido. Essencialmente, ao longo dos últimos anos as necessidades de financiamento da Sociedade têm vindo a ser supridas pela acionista maioritária da Sociedade.
- e) Por fim, no que respeita ao risco de indisponibilidade do estádio do Cevadeiro em Vila Franca de Xira para a realização de jogos oficiais. Na época em curso a Sociedade treina e joga, no Complexo Desportivo Rio Maior, por o Campo do Cevadeiro não reunir as condições necessárias a realizações de jogos organizados pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

## **6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Tendo em conta:

- O mau desempenho verificado no exercício;
- Que a SAD operou no período com resultados negativos;
- Que existem expectativas de recuperação do equilíbrio da conta de exploração;

O Conselho de Administração propõe, que o Resultado Líquido do Período, que foi negativo em 2.051.415,35 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

## **7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras, incluídas:

- Balanço em 30 de junho de 2022
- Demonstração de resultados por naturezas
- Demonstração de fluxos de caixa
- Relatórios do Revisor Oficial de Contas
- Anexo ao Relatório de Gestão

são parte integrante do presente relatório e contas.

## **8. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Não se registaram quaisquer negócios entre esta Sociedade e os seus administradores, nem foi emitida qualquer autorização para o efeito, a sociedade não tem ações próprias e não tem sucursais.



**UNIÃO DESPORTIVA  
VILAFRANQUENSE  
FUTEBOL SAD**

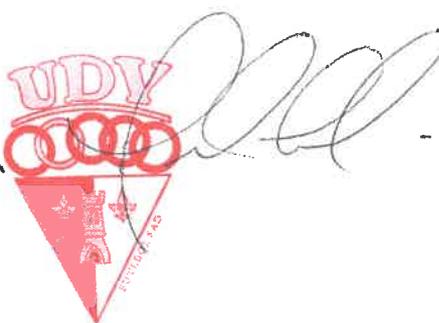
## **9. AGRADECIMENTOS**

O Conselho de Administração aproveita para agradecer aos demais órgãos sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, a Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda, na pessoa do Dr. Nuno Carvalho, bem como à Vertente na pessoa do Dr. António Santos pelo trabalho realizado nesta apresentação de contas.

Vila Franca de Xira, 27 de setembro de 2022

Conselho de administração

*Miguel Santos Gomes*





**UNIÃO DESPORTIVA  
VILAFRANQUENSE  
FUTEBOL SAD**



### **ANEXO AO RELATORIO DE GESTÃO**

(cfr. Código das Sociedades Comerciais)

Nos termos e para efeitos do nº4 do Art.º 448 do Código das Sociedades Comerciais, eram titulares da sociedade, à data de encerramento do exercício, 30 de junho de 2022:

Titular	Nº ações	31/12/2019	% capital
NUMEROS MOURISCOS, UNIPessoal, LDA	36.000	180.000,00	90%
UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE	4.000	20.000,00	10%
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
NOME NOME: HENRIQUE SERENO FONSECA NIF/NIPC: 242686281 CARGO: PRESIDENTE			
NOME: RODRIGO CARVALHO CESAR PEREIRA NIF/NIPC: 310441226 CARGO: VOGAL			
NOME: MÁRCIO DAVID GONÇALVES QUINDERA DE OLIVEIRA NIF/NIPC: 220662746 CARGO: VOGAL			
DATA DA DELIBERAÇÃO: 2022-04-14.			



União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD

Balço em 30.06.2022 e 30.06.2021

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30/06/2022	30/06/2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	3;7;	42.347,14	40.047,26
Activos Intangíveis	3;6;	9.442,73	17.555,70
Outros investimentos financeiros	3;21;	2.044,97	2.044,97
		53.834,84	59.647,93
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	21;	27.294,19	6.666,00
Estado e outros entes publicos	3;21;	9.631,20	14.600,15
Outros créditos a receber	21;	80.279,78	85.134,50
Diferimentos	19;	-	-
Caixa e depósitos bancários	3;4;	3.007,32	3.188,32
		120.212,49	109.588,97
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>174.047,33</b>	<b>169.236,90</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio:</b>			
Capital subscrito	21;	200.000,00	200.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	5,21;	4.126.993,96	4.126.993,96
Resultados transitados	24;	(4.824.237,53)	(2.792.601,72)
		(497.243,57)	1.534.392,24
Resultado líquido do período	24;	(2.051.415,35)	(2.031.771,97)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(497.243,57)</b>	<b>(497.243,57)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Financiamentos obtidos	3;8;9;21;	2.062.069,19	-
		2.062.069,19	-
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	21;	286.894,68	194.848,19
Estado e outros entes publicos	3;21;	335.975,95	381.581,53
Outras dívidas a pagar	21;	37.766,43	90.186,91
		660.637,06	666.616,63
<b>Total do passivo</b>		<b>2.062.069,19</b>	<b>1.146.616,63</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>174.047,33</b>	<b>169.236,90</b>

O Contabilista Certificado

A Administração





União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 30.06.2022 e 30.06.2021

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		07/21 - 06/22	07/20 - 06/21
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	3;17;	961.052,81	734.785,08
Subsídios à exploração	18;	148.093,97	144.399,48
Fornecimentos e serviços externos	12;	(949.843,63)	(810.613,50)
Gastos com o pessoal	3;13;	(2.149.521,20)	(2.033.393,10)
Outros rendimentos	14;	1.704,95	22.001,55
Outros gastos	15;	(26.204,27)	(63.498,68)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(2.014.717,37)</b>	<b>(2.006.319,17)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;	(17.865,38)	(13.040,10)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(2.032.582,75)</b>	<b>(2.019.359,27)</b>
Juros e gastos similares suportados	3;9;16;	(8.256,92)	(5.441,70)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>(2.040.839,67)</b>	<b>(2.024.800,97)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	3;20;	(10.575,68)	(6.971,00)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(2.051.415,35)</b>	<b>(2.031.771,97)</b>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores de capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
<b>Resultado por acção básico</b>			

O Contabilista Certificado

A Administração







**União Desportiva Vilafranquense, Futebol, SAD**

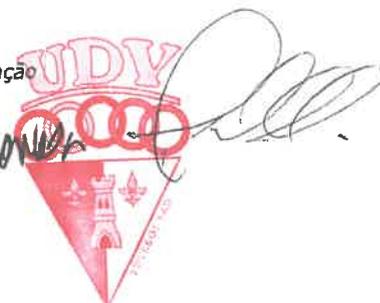
Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2021 e 30.06.2021

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		07/21 - 06/22	07/20 - 06/21
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	+	1.044.901,93	758.301,22
Pagamentos a fornecedores	-	(1.097.151,16)	(810.003,38)
Pagamentos ao pessoal	-	(1.316.926,56)	(1.323.153,22)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(1.369.175,79)	(1.374.855,37)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(6.971,00)	(136,16)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(661.896,89)	(626.577,38)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>	<b>(1)</b>	<b>(2.038.043,68)</b>	<b>(2.001.568,91)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(15.949,60)	(10.518,95)
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		622,77
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>	<b>(2)</b>	<b>(15.949,60)</b>	<b>(9.896,18)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	2.185.925,64	4.126.893,96
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(123.856,45)	(2.150.786,79)
Juros e gastos similares	-	(8.256,92)	(5.441,70)
Dividendos / Distribuição de resultados	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>	<b>2.053.812,27</b>	<b>1.970.765,47</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1)+(2)+(3)</b>	<b>(181,01)</b>	<b>(40.699,63)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4: 3.188,32	43.887,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	3.007,32	3.188,32

O Contabilista Certificado

A Administração



**ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. Identificação da entidade**

<b>Designação da entidade:</b>	<b>União Desportiva Vilafranquense Futebol, SAD</b>
<b>Forma Legal:</b>	<b>Sociedade Anónima Desportiva</b>
<b>Local e data de constituição:</b>	<b>Vilafranca, constituída em Setembro de 2013</b>
<b>Sede:</b>	<b>Campo do União Desportiva Vilafranquense, Estrada Nacional nº. 10, Campo do Cevadeiro, Vila Franca de Xira</b>
<b>Natureza da Actividade:</b>	<b>Participação nas competições de futebol, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.</b>

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

**2.1.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto e por o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas :

- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho (Código das Contas);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 8255/2015, de 29 de Julho (Norma Contabilística para Microentidades);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato Financeiro-28);
- Aviso nº 8257/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho (Normas Interpretativas).

**2.2. Indicação e Justificação das disposições do SNC que tenham sido derrogadas.**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

### 3. Principais Políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do balanço são classificados, respectivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Ativos e Passivos por Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objecto de divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados no momento da sua entrada em funcionamento, sendo registado ao custo de aquisição (valor de factura acrescido das despesas de transporte, montagem e disposição final), com excepção dos bens reavaliados nos termos de diplomas legais ou baseados em parecer de perito especializado.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009.

A empresa procedeu à revisão da vida útil dos seus ativos, tendo concluído que as vidas definidas se encontram adequadas.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações que contribuam para a melhoria efectiva da capacidade produtiva e operacional dos ativos, são capitalizadas no imobilizado e depreciadas pelo número de anos de vida útil remanescente do activo a que se referem.

As mais ou menos valias provenientes da alienação ou abate são determinadas pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados, na linha de "Outros gastos e perdas operacionais" ou "Outros rendimentos e ganhos operacionais".

Não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos tangíveis, uma vez que não foram identificados indicadores de imparidades.

### **3.2. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição sendo depreciados em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009. Não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos intangíveis, uma vez que não foram identificados indicadores de imparidades.

### **3.3. Investimentos Financeiros**

Os Investimentos financeiros são constituídos por unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho e estão registados ao justo valor.

### **3.4. Impostos sobre Rendimentos**

O Imposto sobre o Rendimento do período respeita apenas a impostos correntes do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

A gerência suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras da empresa.

### **3.5. Clientes e outros valores a receber**

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### **3.6. Fornecedores e outros valores a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

**3.7. Inventários**

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo, caso existam, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Os inventários são reduzidos para o seu valor realizável líquido nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

**3.8. Provisões**

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, ou uma quantia incerta, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

**3.9. Locações**

As locações de ativos, relativamente aos quais a empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras aqueles acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, no passivo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas de acordo com as taxas do decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

**3.10. Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respectiva relação contratual. Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem e classificam-se como Empréstimos ou Contas a pagar.

Os empréstimos são reconhecidos ao seu custo histórico. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente. As outras contas a pagar, saldos de fornecedores e outros credores, são registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor.

**3.11. Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

**3.12. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário e depósitos bancários sem risco significativo de alteração de valor que são mensurados ao custo.

**3.13. Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam. Quando atribuíveis à aquisição, construção, ou produção de um activo que se quantifica podem ser capitalizados.

**3.14. Gastos e perdas**

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

**3.15. Rédito**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens ou prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. É reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa e os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

**3.16. Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento e de acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra reflectido na rubrica "Outras dívidas a pagar".

**3.17. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

**4. Fluxos de Caixa**

Da análise do quadro abaixo verificamos a evolução dos montantes de caixa e equivalentes, nomeadamente os valores disponíveis e indisponíveis para uso.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		30.06.2022			30.06.2021		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1.375,06		1.375,06	1.694,15		1.694,15
	Subtotais	1.375,06		1.375,06	1.694,15		1.694,15
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.632,26		1.632,26	1.494,17		1.494,17
	Outros depósitos bancários						
	Subtotais	1.632,26		1.632,26	1.494,17		1.494,17
Outros equivalentes de caixa	Subtotais						
Totais		3.007,32		3.007,32	3.188,32		3.188,32

Não existem quantias indisponíveis para uso a 30.06.2022.

## 5. Partes relacionadas

A sociedade recebe com alguma regularidade transações financeiras da empresa Números Mouriscos, Unipessoal, Lda, número de identificação fiscal 515 741 574, com sede na Estrada Nacional nº 10, Campo do Cevadeiro, Vila Franca de Xira, que tem como atividade principal as atividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras.

(valores expressos em euros)

Saldos pendentes com as partes relacionadas		30-06-2022		30-06-2021	
		Prestações Acessórias	Financiamentos Oblidos	Prestações Acessórias	Financiamentos Oblidos
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Números Mouriscos	4.126.993,96	2.062.069,19	4.126.993,96	
	Subtotais	4.126.993,96	2.062.069,19	4.126.993,96	
Totais		4.126.993,96	2.062.069,19	4.126.993,96	

(valores expressos em euros)

Remuneração pessoal chave da gestão	2021/22	2020/21
Oswaldo Carlos Vogues	13.494,60	15.904,89
Henrique Sereno Fonseca	2.782,32	
Totais	16.276,92	15.904,89

## 6. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição, são depreciados em função das vidas úteis que resultam das taxas máximas previstas no DR 25/2009 e são constituídos por programas de computador e outros ativos intangíveis.

(valores expressos em euros)

Ativos intangíveis		Projetos de desenvolvimento			Propriedade Industrial					Ativos Intangíveis em curso	Totais
		Gerados internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cartões e utilidade de publicações	Licenças e franquias	Patentes, fórmulas, modelos, conceitos e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade intelectual, direitos de invenção e operacionais		
Em 01/07/2020	Quantias brutas escrituradas								76.928,88		76.928,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								(53.850,23)		(53.850,23)
	Quantias líquidas escrituradas								23.078,65		23.078,65
Adições				2.520,00							2.520,00
Alienações, sinistros e abates											
Amortizações				(350,07)					(7.692,89)		(8.042,96)
Em 30/06/2021 (01/07/2021)	Quantias brutas escrituradas			2.520,00					76.928,88		79.448,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(350,07)					(61.543,11)		(61.893,18)
	Quantias líquidas escrituradas			2.169,93					15.385,77		17.555,70
Adições											
Alienações, sinistros e abates											
Amortizações				(420,06)					(7.692,89)		(8.112,97)
Em 30/06/2022	Quantias brutas escrituradas			2.520,00					76.928,88		79.448,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(770,15)					(68.236,00)		(70.006,15)
	Quantias líquidas escrituradas			1.749,85					7.692,88		9.442,73

## 7. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados no momento da sua entrada em funcionamento, sendo registado ao custo de aquisição, com exceção dos bens reavaliados nos termos de diplomas legais ou baseados em parecer de perito especializado. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são depreciados em função em função das vidas úteis que resultam das taxas mínimas previstas no DR 25/2009, critério que tem sido mantido nos exercícios anteriores.

### 7.1. Quantias escrituradas e depreciações

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período é a seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01/07/2020	Quantias brutas escrituradas			41.870,00	24.748,09	2.301,00	7.941,00		3.671,05		80.531,14
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(21.122,09)	(11.094,02)	(2.492,06)	(8.501,42)		(3.369,05)		(44.589,15)
	Quantias líquidas escrituradas			20.748,00	13.654,07	(191,06)	1.439,58		282,00		35.941,99
Adições				4.786,24			3.504,40				8.290,73
Alienações, sinistros e abates											
Depreciações				(2.093,60)	(1.613,79)	191,66	(540,21)		(109,62)		(4.165,46)
Em 30/06/2021 (07/2021)	Quantias brutas escrituradas			41.870,00	29.514,33	2.301,00	11.446,49		3.671,05		88.801,87
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(23.215,50)	(12.697,81)	(2.301,00)	(7.041,63)		(3.498,67)		(48.754,61)
	Quantias líquidas escrituradas			18.654,50	16.816,52		4.403,86		172,38		40.047,26
Adições					6.003,01		4.655,69				10.668,70
Alienações, sinistros e abates											
Depreciações				(1.093,60)	(4.329,18)		(1.235,93)		(109,60)		(6.768,62)
Em 30/06/2022	Quantias brutas escrituradas			41.870,00	35.517,34	2.301,00	16.111,18		3.671,05		99.470,57
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(25.209,00)	(17.627,70)	(2.301,00)	(6.277,46)		(3.638,27)		(52.123,43)
	Quantias líquidas escrituradas			16.661,00	17.889,64		7.833,72		62,78		42.347,14

(valores expressos em euros)

Depreciações de ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.07.2020	21.122,00	11.084,02	2.492,66	6.501,42		3.389,05	44.589,15
Reforços	2.093,50	1.613,79	(191,66)	540,21		109,62	4.165,46
Transferências							
Alienções							
Sinistros							
Acumuladas em 30.09.2021(01.07.2021)	23.215,50	12.697,81	2.301,00	7.041,63		3.498,67	48.754,61
Reforços	2.093,50	4.929,89		1.236,83		109,60	8.369,82
Transferências							
Alienções							
Sinistros							
Acumuladas em 30.06.2022	25.309,00	17.627,70	2.301,00	8.277,46		3.608,27	57.123,43

## 7.2. Divulgações sobre restrições e garantias

Não existem restrições sobre a utilização dos ativos tangíveis da sociedade e não foram dados em garantia quaisquer ativos tangíveis da sociedade.

## 7.3. Revalorizações

Os ativos tangíveis da empresa não foram revalorizados.

## 8. Locações

À data de 30 de junho de 2022 não existem bens em locação financeira e assim como não existe qualquer reserva de propriedade sobre os bens da empresa.

## 9. Custos com empréstimos obtidos

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam. Quando atribuíveis à aquisição, construção, ou produção de um activo que se quantifica podem ser capitalizados.

Em 2021/22 e nos anteriores exercícios, não foram capitalizados valores relativos a empréstimos obtidos para financiar ativos.

## 10. Imparidade de ativos

No presente exercício a empresa não reconheceu nos resultados perdas por imparidade em dívidas a receber. O reconhecimento das imparidades em dívidas a receber é avaliada no final de cada exercício e é reconhecida apenas quando se verifica existir evidência objetiva da mesma.

## 11. Inventários

À data de 30 de junho de 2022 a sociedade não apresenta valores nas contas de inventários.

**12. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)		
FSE	2021/22	2020/21
Subcontratos		
Serviços Especializados	400.126,62	410.490,44
Materiais	89.290,97	58.930,95
Energia e Fluidos	53.788,08	33.305,05
Deslocações Estadas e Transportes	246.953,88	150.370,41
Serviços Diversos	159.684,08	157.516,65
Soma	949.843,63	810.613,50

**13. Gastos com o pessoal**

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)		
Gastos com o pessoal	2021/22	2020/21
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	1.605.093,79	1.263.903,76
Encargos sobre Remunerações	146.223,60	141.435,31
Indemnizações	78.260,45	319.325,39
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	129.164,49	110.717,37
Gastos com ação social	117.423,24	56.633,49
Outros gastos com Pessoal	73.355,63	141.377,78
Soma	2.149.521,20	2.033.393,10
Número Médio de Colaboradores	49	39

**14. Outros rendimentos**

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, foram como segue:

(valores expressos em euros)		
Outros rendimentos	2021/22	2020/21
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Ganhos em inventários		
Rend. Ganhos em Invest. não Financeiros		21.169,90
Imputação de subsídios a investimentos		
Outros	1.704,95	831,65
Soma	1.704,95	22.001,55

**15. Outros gastos**

Os outros gastos, nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, foram como segue:

(valores expressos em euros)		
Outros Gastos	2021/22	2020/21
Impostos	1.014,28	132,00
Desconto pronto pagamento concedidos		
Perdas em investimentos não financeiros		30.000,00
Outros	25.189,99	33.366,68
Soma	26.204,27	63.498,68

**16. Juros e rendimentos / gastos similares**

Os juros e rendimentos / gastos similares, nos períodos de 2021/22 e de 2020/21, tinham a seguinte composição:

	(valores expressos em euros)	
	2021/22	2020/21
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos de depósitos bancários		
Outros rendimentos similares		
<b>Soma</b>	0,00	0,00
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros de financiamento obtidos		
Juros de Contratos Loc. Financeira		
Outros juros	5.083,72	3.502,47
Outros gastos e perdas de financiamento	3.173,20	1.939,23
<b>Soma</b>	8.256,92	5.441,70
<b>Saldo</b>	(8.256,92)	(5.441,70)

**17. Rédito**

Conforme referido atrás, o rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestações de serviços, líquido de impostos e descontos. É reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, é provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a empresa e os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

As categorias de réditos da empresa são a prestação de serviços associados à disputa da Liga SABSEG e restantes competições onde participa. A prestação de serviços compreende as atividades operacionais, as receitas de televisão e as receitas da formação.

Quantias dos réditos reconhecidas no período		2021/22			2020/21	
		Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	Mercadorias		0,00%			0,00%
	...		0,00%			0,00%
	Subtotal	0,00	0,00%		0,00	0,00%
Prestação de serviços	Atividades Operacionais	600.060,95	62,44%	60,87%	373.010,76	50,76%
	Receitas de Televisão	350.000,00	36,42%	0,00%	350.000,00	47,63%
	Receitas da Formação	10.991,86	1,14%	(6,65%)	11.774,32	1,60%
	Subtotal	961.052,81	100,00%	30,79%	734.785,08	100,00%
<b>Total</b>		<b>961.052,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>30,79%</b>	<b>734.785,08</b>	<b>100,00%</b>

### 18. Subsídios do Governo e apoios do governo

Os subsídios recebidos respeitam a subsídios à Exploração para o desenvolvimento da formação do clube recebidos da Federação Portuguesa de Futebol e são reconhecidos como rendimento do exercício. Foram reconhecidos os seguintes valores relativos a subsídios.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2021/22					2020/21				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras operações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferenças)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras operações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferenças)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ações	Subtotais										
		F. P. Futebol - UEFA	147.701,97					144.399,48				
		Outros	302,00									
		Subtotais	148.003,97					144.399,48				
Totais			148.003,97					144.399,48				

### 19. Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, não sendo conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 30 de junho de 2022.

### 20. Impostos sobre rendimentos

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

A Administração, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras da empresa.

Reconciliação entre o imposto corrente e o imposto sobre o rendimento do período:

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos			2021/22	2020/21	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores			1		
Imposto sobre o rendimento do período	(Gasto)/rendimentos por impostos diferidos	Imposto corrente	2	10.575,68	6.971,00
		De diferenças temporárias			
		De alterações nas taxas de tributação ou de novos impostos			
		De alterações nas políticas contabilísticas e nos erros não contabilizados retrospectivamente			
		Da (redução)/reversão de uma diminuição anterior de ativos por impostos diferidos			
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos		
Imposto diferido			3		
Imposto sobre o rendimento do período			4 = 2 + 3	10.575,68	6.971,00
Totais			5 = 1 + 4	10.575,68	6.971,00

## 21. Instrumentos financeiros

É política da empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

### 21.1. Clientes

Em 30 de junho de 2022 e de 2021, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Clientes	(valores expressos em euros)	
	30.06.2022	30.06.2021
Clientes Conta Corrente	27.294,19	6.666,00
Clientes Cobrança Duvidosa		
Soma	27.294,19	6.666,00
Perdas por Imparidade		
Total	27.294,19	6.666,00

### 21.2. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2022 e de 2021, a rubrica “Estado e outros entes públicos”, apresentava os seguintes saldos devedores e credores:

(valores expressos em euros)		
Estado e outros entes públicos	30.06.2022	30.06.2021
<b>Saldos Devedores</b>		
IRC – A Recuperar		
IVA - Recuperar	9.631,20	14.600,15
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social		
<b>Soma</b>	<b>9.631,20</b>	<b>14.600,15</b>
<b>Saldos Credores</b>		
<b>Corrente</b>		
IRC - A Pagar	10.575,68	28.167,34
Retenção imposto s/ rend.	39.523,66	36.691,26
Retenção imposto s/ rend. - prestacional	89.415,00	109.623,18
IVA - A Pagar		14.783,58
Contribuição p/ Seg. Social	72.409,99	69.214,19
Contribuição p/ Seg. Social - prestacional	122.402,74	121.453,10
Fundos de Compensação - FCT FGCT	1.648,88	1.648,88
Restantes Impostos		
<b>Soma</b>	<b>335.975,95</b>	<b>381.581,53</b>
<b>Não corrente</b>		
Restantes Impostos		
<b>Saldo</b>	<b>(326.344,75)</b>	<b>(366.981,38)</b>

### 21.3. Outros créditos a receber

Em 30 de junho de 2022 e de 2021, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)		
Outros créditos a receber	30.06.2022	30.06.2021
<b>Não Correntes</b>		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		50.159,27
<b>Soma</b>	<b>0,00</b>	<b>50.159,27</b>
<b>Corrente</b>		
Adiant. e outras operações com o pessoal		
Outros acréscimos de rendimentos		
Outros devedores	80.279,78	2.700,00
Saldos devedores de fornecedores CC		32.275,23
<b>Soma</b>	<b>80.279,78</b>	<b>34.975,23</b>
<b>Total</b>	<b>80.279,78</b>	<b>85.134,50</b>

### 21.4. Diferimentos

Em 30 de junho de 2022 e de 2021 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo não apresenta valores.

**21.5. Indicação das quantias de capital social nominal**

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de duzentos mil euros, divididos em quarenta mil ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada e encontra-se repartido conforme segue:

Acionista	Nº de Ações	% capital Social	% Votos
Números Mouriscos Unipessoal, Lda	36.000	90,00%	90,00%
União Desportiva Vilafranquense - Clube	4.000	10,00%	10,00%
<b>Soma</b>	<b>40.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

A 30 junho de 2022 a Números Mouriscos, Unipessoal, Lda tem registado na SAD como prestações acessórias de capital o valor de 4.126.993,96 Euros.

**21.6. Situações de incumprimento de empréstimos obtidos**

A sociedade a 30 de junho de 2022 não apresenta qualquer incumprimento em empréstimos obtidos.

**21.7. Financiamentos obtidos**

Em 30 de junho de 2022 e de 2021 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	(valores expressos em euros)	
Financiamentos Obtidos	30.06.2022	30.06.2021
<b>Não Correntes</b>		
Empréstimos Bancários		
Participantes Capital	2.062.069,19	
<b>Soma</b>	<b>2.062.069,19</b>	<b>0,00</b>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos Bancários		
Participante de Capital		
<b>Soma</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>2.062.069,19</b>	<b>0,00</b>

**21.8. Ativos dados em garantia ou penhor**

A 30 de junho de 2022 não existem nem foram concedidas garantias ou quaisquer penhores.

**21.9. Fornecedores**

Em 30 de junho de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	(valores expressos em euros)	
Fornecedores	30.06.2022	30.06.2021
Fornecedores, Conta Corrente	286.894,68	194.848,19
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, facturas em rec. e conf.		
<b>Soma</b>	<b>286.894,68</b>	<b>194.848,19</b>

**21.10. Outras dívidas a pagar**

Em 30 de junho de 2022 e de 2021 a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte composição:

	(valores expressos em euros)	
Outras dívidas a pagar	30.06.2022	30.06.2021
<b>Não Correntes</b>		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Adiantamentos por conta de vendas		
Outros Credores-Imp. Fiscal Sub. Proj. Invest.		
Soma	0,00	0,00
<b>Corrente</b>		
Pessoal	13.462,70	72.746,91
Fornecedores de Investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Outros Credores	24.303,73	17.440,00
Soma	37.766,43	90.186,91
<b>Total</b>	<b>37.766,43</b>	<b>90.186,91</b>

**21.11. Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros são constituídos por unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho no valor de 2044,97€.

**22. Processos judiciais em curso a 30 de junho de 2022**

Corre no Juízo Local Cível de Vila Franca de Xira, Comarca de Lisboa Norte, o processo nº98079/20.3YIPRT, onde o autor é a empresa Belouracar Rent, Lda, relativo a diferendo comercial, no valor de 48.797,26€.

Atendendo às perspetivas de desfecho deste processo, é convicção da gerência que não é expetável qualquer tipo de condenação.

Declara-se que a 30 de junho de 2021, para além do processo acima referido, não existem quaisquer outros processo judiciais em curso que não estejam resolvidos.

**23. Informações exigidas por diplomas legais**

*Art.º 220 do Código das Sociedades Comerciais*

A sociedade não possuiu quaisquer quotas próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio desta natureza.

*Art.º 21.º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de Setembro,*

Declara-se que a empresa tem a sua situação regularizada perante a Administração Tributária e Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 30 de junho de 2022, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a junho, cujo pagamento se efectuará em julho de 2022 e a acordos de pagamentos a prestações feitos com a Autoridade Tibutaria e Segurança Social.

**24. Resultados transitados e reservas**

As rubricas resultados transitados e reservas a 30 de junho de 2022 respeitam à aplicação dos resultados dos anteriores exercícios, as quais se irá somar o valor relativo ao resultado líquido do exercício de 2021, conforme segue:

Outras Reservas	0.00€
Resultados Transitados	<u>-2.051.415,35€</u>
	-2.051.415,35€

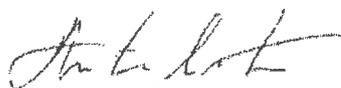
**25. Eventos subsequentes**

Não ocorreram eventos subsequentes após a aprovação das presentes demonstrações financeiras.

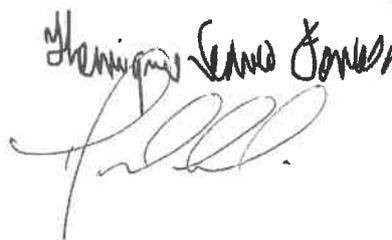
As demonstrações financeiras do exercício findo a 30 de junho de 2022 foram autorizadas para emissão pelo órgão de gestão a 27 de setembro de 2022.

Vila Franca de Xira, 27 de setembro de 2022

O Contabilista Certificado



A Gerência





Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.

Rua A-do-Ferreiro, n.º 22 2480-013 Alqueidão da Serra  
geral@rcsroc.pt Telef. 244 499 040

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE FUTEBOL, SAD, relativamente ao exercício findo em 30 de junho de 2022.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequadas, a evolução da situação da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e respetiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas.
4. No âmbito das minhas funções verificámos que:
  - a) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e os Fluxos de Caixa e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e fluxos de caixa.
  - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
  - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
  - d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas, somos do parecer que:
  - a) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
  - b) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
  - c) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.
6. Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao conselho de Administração e a todos os colaboradores com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Alqueidão da Serra, 31 de outubro de 2022



Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.  
REPRESENTADO POR

*Vilma Henriques Rosa Carvalho*

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE FUTEBOL, SAD, que compreendem o balanço em 30 de Junho de 2022 (que evidencia um total de 174.047,33 euros e um total de capital próprio negativo de 2.548.658,92 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.051.415,35 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda.

Rua A-do-Ferreiro, n.º 22 2480-013 Alqueidão da Serra  
geral@rcsroc.pt Telef. 244 499 040

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Alqueidão da Serra, 31 de outubro de 2022

  
Rosa Carvalho & Associados, SROC, Lda  
REPRESENTADO POR  
*Nuno Henrique Rosa Carvalho*